

# O social-liberalismo e a globalização da “questão social”

Rodrigo Castelo Branco<sup>1</sup>

## Introdução

À reboque da ideologia neoliberal, construiu-se um discurso pelo qual defende-se um consenso conservador no debate sobre as desigualdades sociais: primeiro não existiria mais a divisão entre esquerda e direita, e as disputas políticas estariam esvaziadas dos grandes projetos nacionais e populares de transformação social, restritas somente a questões pragmáticas; segundo, todos reconheceriam que as desigualdades devem ser combatidas, mas todos também admitiriam a impossibilidade de superá-las, dadas as diferenças entre os indivíduos: no limite, promove-se a equidade e medidas emergenciais, pontuais, filantrópicas e voluntárias de combate à pobreza. Instala-se, assim, uma razão cínica acerca da “questão social”. Esta razão cínica apresenta-se na dualidade entre uma retórica defensora de uma face humana para a globalização e a promoção do bem-estar universal, e estratégias políticas dissimuladas que atentam contra os interesses daqueles que sofrem os efeitos da exploração capitalista.

Este é o quadro ideológico do tema da presente comunicação. Já as perguntas-chave que visam problematizá-la são: (i) por que os teóricos da ideologia neoliberal começam uma (tímida) revisão dos seus planos de ajuste macroeconômico e de desenvolvimento, incluindo uma espécie de “agenda social”? (ii) por que medidas de erradicação da pobreza e promoção da equidade são defendidas por aqueles que alegam a primazia do mercado na resolução dos problemas sociais? (iii) Ou, por que a temática sobre pobreza e desigualdade, antes restrita às utopias reformistas e revolucionárias, está presente, na era neoliberal, no horizonte intelectual da direita?

## I. O neoliberalismo: do receituário-ideal ao social-liberalismo

A trajetória política do ideário neoliberal começa nos países anglo-saxões e depois espalha-se pela Europa setentrional e, após a queda do Muro de Berlim, pela Europa oriental e meridional (ANDERSON, 2000). Duas importantes observações se fazem necessárias a respeito deste processo de materialização da ideologia neoliberal.

Em primeiro lugar, o neoliberalismo emergiu como um projeto hegemônico da classe burguesa, conduzido pela sua fração rentista, através de governos conservadores; os casos clássicos foram Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos EUA. Tempos depois, governos social-democratas europeus e até mesmos partidos comunistas do Leste Europeu encarregaram-se de adotar medidas políticas preconizadas pelos receituários neoliberais. Desta forma, a ideologia neoliberal ganhou o estatuto de pensamento único.

Em segundo lugar, o que importa observar, malgrado a força da ideologia neoliberal, é que a sua doutrina encontra fortes resistências para ser aplicada de forma pura, ideal. Há, como afirma Soares (2002, p.27, grifos da autora), “uma distância existente entre os *processos reais* e as *doutrinas* assumidas pelas políticas de estabilização”. A doutrina neoliberal, de fato,

1\* Docente do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Doutorando da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do Instituto de Economia da UFRJ.

não tomou o rumo idealizado por seus luminares. Na sua primeira fase, que pode ser intitulada de *receituário-ideal*, os principais aparelhos ideológicos e políticos neoliberais, dentre eles, BIRD, FMI e OMC, defendiam, dentre outras medidas, o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, o desmonte do *Welfare State* e um amplo processo de privatização.

Apesar do rigor e da severidade destes planos de estabilização macroeconômica, os resultados não foram os esperados: as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade pioraram drasticamente. Percebia-se, então, que a estratégia neoliberal precisava de ajustes, de uma nova direção estratégica. Na trilha dos planos de renegociação das dívidas externas (Planos Baker e Brady), o FMI e o BIRD propuseram medidas corretivas de promoção de reformas estruturais de médio e longo prazos. O diagnóstico apresentado não foi o erro na prescrição do remédio, mas a sua baixa dosagem. A partir da correção de rumo do ajuste neoliberal, os projetos de reforma estatal ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se o Estado mínimo, em um autêntico retorno doutrinário ao liberalismo clássico, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar a “questão social” via o controle da força de trabalho e o atendimento de necessidades mínimas dos usuários dos serviços sociais (FONTES, 2006).

Em termos mais concretos, o Estado, sob a hegemonia da fração rentista burguesa, elenca outras prioridades que não mais a promoção do desenvolvimento econômico e da igualdade social. Hoje, o Estado neoliberal é governado pela lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, da desoneração dos impostos das classes dominantes, do controle social sobre a força de trabalho e, por último, mas não menos importante, das políticas público-privadas fragmentadas e paliativas de combate à pobreza e à desigualdade.

Na segunda fase do neoliberalismo, aqui intitulada de *social-liberalismo*, percebe-se que, a partir da década de 90, a ideologia dominante admite uma intervenção mais ativa do Estado na área social<sup>2</sup>. Os ideólogos neoliberais foram subitamente tomados de assalto por um certo tipo de humanismo, dotando os seus planos de ajuste macroeconômico de condicionamentos sociais. Têm-se, assim, uma inflexão do pensamento hegemônico em relação ao debate sobre mercado e bem-estar social, na qual uma epistemologia de direita – maximização e otimização dos recursos, escassez relativa, capital humano – é envernizada por uma suposta ética de esquerda, com palavras de ordem como justiça social, solidariedade, filantropia e voluntariado. Busca-se uma *terceira via*, um sincretismo entre o mercado e o Estado capaz de promover o bem-estar social.

## II. A globalização da “questão social”

Até aqui dissertamos sobre como o neoliberalismo incorporou, na sua estratégica hegemônica, o debate sobre a “questão social”, sem furtar-se, contudo, a afirmar a primazia do mercado como espaço social de regulação das atividades humanas. Resta saber as causas desta mudança tão importante para a compreensão dos atuais mecanismos de exploração e dominação

---

2 Como afirma José Paulo Netto (1993, pp.79-80), (...) em alguma medida, o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao ‘Estado guarda-noturno’ que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo.

capitalistas. Apresentam-se, assim, duas hipóteses centrais de trabalho que buscam explicar os múltiplos nexos estruturais desta nova fase do neoliberalismo: (1) a deterioração do mundo do trabalho no centro e na periferia do mercado mundial e (2) as lutas e as resistências contra-hegemônicas globais dos movimentos sociais exigem formas contemporâneas de disciplina da força de trabalho – subsunção formal e real do trabalho à lógica do capital, coerção direta promovida pelo Estado e o poder da ideologia –, apagando tentativas de rebelião na periferia e até mesmo no centro do mercado mundial. Em suma, procuramos as causas centrais do porquê o neoliberalismo sofrer uma inflexão ideo-política e propor uma “agenda social”.

O neoliberalismo ocasionou uma enorme regressão social para a humanidade, em especial para a classe trabalhadora. Segundo a OIT, mais de 500 milhões de seres humanos vivem com menos de US\$ 1 por dia (miseráveis), e 1,374,6 bilhão com menos de US\$ 2 (pobres). Tais números dizem respeito a quase metade da força de trabalho mundial. Já o BIRD afirma que a desigualdade social, medida pelo índice de Gini, piorou na década de 90 em relação aos anos 1980 em todas as regiões do planeta. Vasapollo (2005) mostra diversas estatísticas e situações concretas na Europa, da deterioração do mundo do trabalho e a pobreza e as desigualdades sociais que lhe acompanham. Lá, no Antigo Continente, se tomarmos como parâmetro a zona da União Européia, já são mais de 55 milhões de pobres e a tendência deste número é aumentar com o passar dos anos. Nos Estados Unidos, recente relatório do *Bureau of Census* divulga que há, no país mais rico do planeta, 37 milhões de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza, o que equivale a 12% da população estadunidense. E mais: a pobreza e a desigualdade de renda vêm aumentando sensivelmente nos últimos anos, particularmente nos dois mandatos do presidente Bush. Ou seja, a regressão experimentada pelo mundo do trabalho não é uma exclusividade dos países periféricos; ela também está fncada no centro do mercado mundial. Em uma palavra, a “questão social” tornou-se global (IANNI, 2004, capítulo 4).

A reação ao neoliberalismo não tardou a aparecer. Assim como em um passado não muito distante, as classes subalternas trataram de traçar algumas diretrizes gerais de uma nova fase do internacionalismo proletário (LÖWY, 2000, p.114). Em meados de 1996, o passo inicial foi o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, realizado no sudeste mexicano pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional. Ao longo de 1997 e 1998, também ocorreram mobilizações contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Por conta das pressões populares, o AMI foi suspenso em outubro de 1998. O grande salto do novo internacionalismo estava guardado para o ano de 1999. Em Seattle, desencadeou-se uma verdadeira batalha campal promovida pelos manifestantes anti-globalização contra a Rodada do Milênio, patrocinada pela OMC. Não se deve subestimar tais acontecimentos. Os EUA, considerados o centro irradiador da financeirização da riqueza, eram o palco principal das marchas de repúdio à globalização neoliberal, com seu caráter de movimento de base popular. As contradições da nova fase do capitalismo emitiam seus sinais de abalos e choques exatamente do ponto nevrálgico do mercado mundial, que sempre reprimiu duramente movimentos radicais (COCKBURN e ST. CLAIR, 2001, p.212).

A onda de mobilização não parou por aí. Na primavera setentrional, a reunião do FMI e do BIRD, em Washington, foi palco de uma nova rodada de lutas entre manifestantes e policiais estadunidenses. Trinta mil pessoas tentaram transpor as barreiras construídas em torno do complexo das instituições de *Bretton Woods*. Apesar do fracasso no furo ao bloqueio, os manifestantes obtiveram uma importante vitória na luta contra a mundialização financeira. Segundo Bello (2001, p.259), “a mídia se concentrou em Washington e para milhões de pessoas em todo o planeta a primeira impressão sobre o FMI e o Banco Mundial foi a de ser instituições assediadas por pessoas que as acusaram de provocar pobreza e miséria no mundo em vias de desenvolvimento”.

Em setembro de 2000, Praga, capital da República Tcheca, foi a anfitriã da reunião anual do FMI e do BIRD. Mais uma vez ativistas dos movimentos sociais promoveram

protestos contra as agências multilaterais. A tática adotada foi eficiente a ponto da reunião acabar um dia antes do previsto, dado os bloqueios que impediam a circulação dos delegados oficiais pela cidade. O mais importante, entretanto, foi o encontro de representantes dos movimentos anti-sistêmicos com a tecnocracia do BIRD e do FMI. Por conta da pressão política, os movimentos anti-sistêmicos ganharam assento, mesmo que provisório e efêmero, nas negociações sobre os rumos da globalização.

Neste ponto da história, delineava-se uma possível tendência de reformismo nas instituições neoliberais. O otimismo, se não foi generalizado, ganhou espaço nos movimentos anti-sistêmicos. O *establishment* econômico e político mundial, de certa forma, legitimou as reivindicações contra-hegemônicas quando aceitou dialogar, diante dos protestos de rua, com os representantes dos movimentos sociais. As pressões políticas “(...) obrigaram os dirigentes do FMI, Banco Mundial e OMC a emitir, diante da perda da eficácia e da legitimidade, recorrentes declarações de mea-culpa pelos ‘excessos’ do mercado, para não mencionar as severas advertências sobre os perigos e a irracionalidade do ‘capitalismo cassino’ (...)” (GÓMEZ, 2001, p.17).

O silêncio contra as perdas sociais promovidas por vinte anos da hegemonia neoliberal foi rompido e os protestos transbordaram os limites das organizações anti-sistêmicas e ganharam força em espaços públicos de todo o planeta. O progresso das forças anti-sistêmicas era evidente, e o sinal de alerta soou nos principais centros dominantes do mundo.

### **III. À guisa de conclusão: o social-liberalismo como fase de restauração do neoliberalismo**

Após os confrontos de rua em 2000, o processo de mudanças nas agências multilaterais de desenvolvimento diminuiu seu ritmo e hoje se encontra estacionário. Pouco se avançou concretamente na resolução das principais reivindicações levadas pelos movimentos anti-sistêmicos à tecnocracia do BIRD e do FMI, como o perdão das dívidas externas dos países mais pobres, a democratização e transparência das agências e a implantação de mecanismos de regulação de fluxos de capital, como a Taxa Tobin.

As classes dominantes, a partir de seus ideólogos ativos, agências de governança global e multilaterais de investimento e *think-tanks*, reconheceram o avanço das forças opositoras e começaram a construção de uma ideologia recheada de tons reformistas sob uma base epistemológica conservadora, do tipo Terceira Via ou pós-Consenso de Washington. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a queda dos padrões de vida dos trabalhadores; elas são, antes de tudo, uma reação conservadora ao despertar político das classes subalternas, inflamada pelas mobilizações internacionais e, principalmente, pela situação material das suas vidas, marcadas pela pauperização absoluta e relativa.

O dito humanismo das classes dominantes surge como uma constante na história das lutas de classes no capitalismo. Assim foi na primeira metade do século XIX, com a emergência dos cartistas, na Inglaterra, e da Primavera dos Povos, primeiro na França, depois em toda a Europa; assim foi com a eclosão da Revolução Bolchevique, quando surgiram ideologias tais como o utilitarismo social. E muitos outros exemplos poderiam ilustrar a dialética entre a ascensão das lutas populares e o “humanismo” burguês.

Diante da ebulição social provocada pelas mobilizações do novo internacionalismo, as classes dominantes viram seus temores ganharem as ruas das principais cidades do mundo, inclusive do centro do sistema, com milhares de trabalhadores reivindicando conquistas sociais. Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações.

Tão rápido quanto o agitação da classe trabalhadora foi a contra-revolução burguesa. A hegemonia intelectual e moral, pacientemente construída pelos ideólogos ativos do neoliberalismo, sofreu abalos nos anos 1990 mas foi rapidamente reconstruída sobre velhas bases e uma nova roupagem. O social-liberalismo é uma ideologia formulada, como diria Gramsci (2002, p.63), não a partir de iniciativas moleculares, mas como um projeto hegemônico de classe, contraditório e heterogêneo nas suas diversas formulações. Por meio de aparelhos privados de hegemonia, as classes dominantes objetivam retomar a “direção intelectual e moral” do processo de expansão mundial do neoliberalismo, na medida em que o sistema econômico vai, gradativamente, perdendo credibilidade e legitimidade a partir das lutas contra-hegemônicas e da degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

A nova fase do neoliberalismo – o chamado social-liberalismo – tem uma dinâmica diversa da sua fase do receituário-ideal. Tudo indica que a fase das contra-reformas já passou, embora ofensivas pontuais do capital frente aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX ainda serão realizadas; estaríamos, no presente, segundo os termos gramscianos, em uma fase de “revolução passiva”, ou “revolução-restauração”, um acordo pelo alto das classes dominantes visando transformações na base econômica que exclui as classes subalternas da participação ativa na vida política, ao mesmo tempo em que faz concessões sociais – parciais e focalizadas –, por conta da pressão espontânea e limitada dos dominados.

O subversivismo esporádico e elementar (expressão gramsciana) da classe trabalhadora é aqui exemplificada pelos movimentos anti-sistêmicos. Cabe destacar, mesmo a despeito da importância da nova fase do internacionalismo dos trabalhadores, limites intrínsecos a estes movimentos, abstratos pois carentes de bases materiais e de uma teoria social sistêmica capazes de dar vazão a uma nova *práxis* revolucionária.

Diante deste quadro de acirramento da “questão social”, as classes dominantes articulam-se em torno de uma nova estratégia política para garantir o consenso e a legitimidade do modo de produção capitalista, privilegiando os mecanismos de hegemonia sem, contudo, abrir mão do uso dos aparelhos coercitivos de dominação. O social-liberalismo, portanto, deve ser visto, não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, P. (2000). Balanço do neoliberalismo. *In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.). 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.9-23.

BELLO, W. (2001). 2000: o ano do protesto global contra a globalização. *In: Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. José Seoane e Emilio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes. p. 256-264.

COCKBURN, A. e St. CLAIR, J. (2001). O novo movimento por que estamos lutando. *In:*

Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre. José Seoane e Emílio Taddei (orgs.). Petrópolis: Vozes. p.200-217.

FONTES, V. (2006). Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-filantrópica. *In*: Observatorio Social de America Latina, nº19, enero-abril. Buenos Aires: CLACSO. p.341- 350.

GÓMEZ, J. M. (2001). Ativismo transnacional e globalização contra-hegemônica: Seattle, Porto Alegre e depois. *In*: Praia Vermelha, nº4, segundo semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social. p.10-25.

GRAMSCI, A. (2002). Cadernos do cárcere. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, O. (2004). Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LÖWY, M. (2000). Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã.

NETTO, J. P. (1993). Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez.

SOARES, L. T. (2002). Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

VASAPOLLO, L. (2005). O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular.